

RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

A Escola da Advocacia-Geral da União, órgão criado a partir da transformação do Centro de Estudos Victor Nunes Leal, pelo Ato Regimental nº 02, de 15 de agosto de 2005 tem por escopo primordial a capacitação de Advogados da União, Procuradores Federais e servidores e a disseminação do conhecimento voltado ao desempenho das atividades institucionais da Advocacia-Geral da União.

A Escola da Advocacia-Geral da União tem por objetivos:

- Promover a atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional e a elevação do conhecimento dos servidores e dos membros das carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União;

- fomentar estudos e pesquisas direcionados ao desenvolvimento de novos métodos e técnicas de trabalho relativos à advocacia pública e à formação de identidade própria da Instituição;

- valorizar e capacitar os servidores e os membros da Instituição para exercerem suas atribuições em consonância com os ideais do Estado, como forma de busca permanente do cumprimento de sua missão;

- viabilizar a efetividade dos princípios que norteiam a atuação da advocacia pública;

- constituir-se em centro de referência na geração de idéias compatíveis com o modelo de advocacia pública tendente a minorar os conflitos entre administrados e administração e,

- realizar cursos, seminários, simpósios ou congêneres, ciclo de estudos, palestras e conferências; editar revista jurídica; e promover encontros periódicos voltados ao estudo e ao debate de teses ou matérias específicas de interesse da Advocacia-Geral da União.

REALIZAÇÕES DA ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO NO ANO 2006

ASPECTOS QUANTITATIVOS

É com satisfação que, ao apresentar esse trabalho referente ao ano de 2006, podemos demonstrar a evolução e os resultados alcançados, pois apesar das restrições orçamentárias que a AGU vem sofrendo, a limitação de gastos com diárias e passagens e a carência de recursos tecnológicos, finalizamos o presente exercício com a realização de 311 (trezentos e onze) eventos, sendo 136 (cento e trinta e seis) com ônus e 175 (cento e setenta e cinco) sem ônus para a Instituição, promovendo a capacitação de 6.888 (seis mil, oitocentos e oitenta e oito) Advogados da União, Procuradores Federais e servidores da área administrativa. Dos eventos realizados com ônus foram capacitados 1.646 (hum mil, seiscentos e quarenta e seis) servidores, sendo 637 (seiscentos e trinta e sete) advogados da união, 109 (cento e nove) procuradores federais e 900 (novecentos) servidores da área administrativa, ao custo total de R\$ 408.816,64 (quatrocentos e oito mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos). Em relação aos eventos sem ônus foram capacitados 5.242 (cinco mil, duzentos e quarenta e dois) servidores, sendo 1.637 (hum mil, seiscentos e trinta e sete) advogados da união, 2.111 (dois mil, cento e onze) procuradores federais e 1.494 (hum mil, quatrocentos e noventa e quatro) servidores da área administrativa.

Foram deferidos **14 (quatorze) pedidos, com ônus, para participação em cursos de doutorado, mestrado e pós-graduação**, sendo 12 (doze) advogados da união, 1 (um) procurador federal e 1 (um) servidor administrativo e **14 (quatorze) pedidos, com ônus parcial**, sendo 9 (nove) advogados da união e 5 (cinco) procuradores federais. Foram deferidos 22 (vinte e dois) pedidos de licença para capacitação a advogados da união, 15 (quinze) a procuradores federais e 3 (três) a servidores da área administrativa.

Em atenção a Portaria nº 405, de 28 de abril de 2006 estão sendo examinadas 43 (quarenta e três) solicitações de Cursos de Pós-Graduação e afastamentos para estudo no Brasil e no exterior, com execução no próximo exercício.

Dessas solicitações, 22 (vinte e duas) ficaram impossibilitadas de prosseguir em razão das entidades promotoras apresentarem restrições fiscais e tributárias, que as impedem de contratar com a administração pública, sendo, esses fatos levados, de imediato, ao conhecimento dos requerentes. Prosseguiram, então, 20 (vinte) solicitações, sendo 15 (quinze) para o Brasil e 05 (cinco) para o exterior, encaminhadas à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que manifestou positivamente em todos os pleitos, quanto às questões funcionais de classificação dos registros.

Visando a integração dos Novos Procuradores Federais e Advogados da União recém empossados foram realizados os **Cursos de Formação/Integração** com conteúdo programático composto por matérias de interesse comum e matérias específicas.

Destaca-se a **Revista Virtual** com 53 artigos dos membros das carreiras da Advocacia-Geral da União divulgada mensalmente na página (Intranet) desta Escola, contribuindo para difusão do conhecimento acerca dos interesses que permeiam a defesa da União, bem como a edição de 2 (dois) números da **Revista Impressa** e 1 (uma) edição em andamento, veículo de divulgação dos trabalhos realizados pelos Advogados da União e Procuradores Federais, com ampla distribuição em bibliotecas, Tribunais e diversos órgãos do Poder Judiciário e Executivo, constituindo, hoje, respeitável repositório doutrinário.

Cabe destacar também a **Videoteca** com aproximadamente 134 (cento e trinta e quatro) eventos editados e catalogados, sendo 7 (sete) referentes ao presente exercício, além da **Hemeroteca** com teses e trabalhos desenvolvidos pelos membros das carreiras da AGU.

A fim de divulgar a atuação da Escola foram publicados **500 exemplares do Informativo da AGU –Ano II – Nº 3**, contendo informações circunstanciadas dos eventos realizados.

Estamos promovendo o credenciamento da Escola da AGU junto ao Ministério da Educação e Cultura, como Instituição apta a promover cursos de pós-graduação, com a emissão dos seus respectivos certificados. De importância inquestionável, esta conquista é fruto de desmedido empenho desta Instituição e seus colaboradores na busca da democratização e acessibilidade da Educação, com vistas

à formação de uma carreira bem estruturada, ciosa das grandes responsabilidades que envolvem seu atuar.

Nesse contexto, visando o mais amplo acesso à informação, com menor dispêndio de recursos públicos, a EAGU vem dando continuidade aos cursos a distância. A Escola da Advocacia-Geral da União em parceria com o Conselho da Justiça Federal realizou o **segundo curso on-line de Língua Portuguesa I – 2ª edição**, capacitando 611 (seiscentos e onze) servidores e implementou o primeiro **curso on-line de Língua Portuguesa II – 1ª edição**, capacitando 239 (duzentos e trinta e nove) servidores.

Em andamento as tratativas para a viabilização dos seguintes eventos on line:

- Fórum de Debates sobre Licitações e Contratos;
- Br Office (Open Office);
- AGUdoc;
- Redação Oficial.

O ensino a distância vem crescendo a passos largos nos diversos segmentos sociais. Em algumas universidades públicas brasileiras já são ministrados cursos de graduação “on line”. A EAGU, Instituição voltada ao aperfeiçoamento de membros e servidores da AGU, pretende situar-se na vanguarda do ensino no Brasil. Para tanto, esmera-se em acompanhar as tendências acadêmicas nacionais e internacionais. Assim, direciona-se à difusão do conhecimento multidisciplinar, descentralizado, tanto por via digital, como por meio da elaboração de representantes em cada Unidade Estadual da AGU.

Foram realizados **311 (trezentos e onze) eventos**, abrangendo um público alvo de **6.888 (seis mil, oitocentos e oitenta e oito) servidores**, com a emissão de **2.125 (dois mil, cento e vinte e cinco) certificados**.

ASPECTOS QUALITATIVOS

- A Revista Impressa
- Página da Escola da AGU na Intranet, diariamente atualizada com as informações institucionais da Unidade, agenda e comunicados sobre os eventos de Brasília e de suas representações
- A Revista Virtual
- O Informativo da AGU Ano II – Nº 3 – 500 exemplares
- Hemeroteca com teses e trabalhos desenvolvidos pelos membros das carreiras da AGU
- Videoteca – editados e catalogados 7 eventos
- Manutenção do Banco de Cadastro de professores/instrutores, visando principalmente conhecer os talentos disponíveis na Instituição e dar a merecida e justa preferência para ministrar cursos.

CURSOS DE MAIOR DESTAQUE EM BRASÍLIA

- Curso de Formação de Advogados da União
- Curso de Formação de Procuradores Federais
- Curso On-Line – Língua Portuguesa I e II
- Curso de Direito Eleitoral
- II Curso de Advocacia Internacional do Estado
- Curso de Teoria da Argumentação e Lógica Jurídica
- Curso de Filosofia do Direito
- Curso de Pesquisa Jurídica na Internet

- Curso sobre Aspectos Polêmicos nos Contratos e Convênios Administrativos
- Seminário sobre Parcerias Público-Privadas
- Seminário “Alterações do Código de Processo Civil”
- I Ciclo de Estudos Jurídicos Avançados da Controladoria-Geral da União, em parceria com a Escola da AGU, ministrado em 04 (quatro) módulos (Direito e Políticas Públicas, Formação e Aplicação da Lei no Estado de Direito, Processo administrativo Geral e Linguagem Jurídica).
- Curso de Redação – Elaboração de Pareceres, Notas Técnicas e Relatórios
- II Curso de Processo Administrativo Disciplinar – PAD
- Seminário “O Sistema de Cotas nas Universidades Federais”
- Audiência Trabalhista Simulada
- Curso de Oratória
- Curso de Atualização para Secretárias
- Encontro dos Gestores Locais - SICAnet (Apoio da EAGU)
- SICAnet
- Open Office
- Acompanhamento do Curso de Educação Básica (Projeto Formar)
- Em andamento, o Curso de Pós-Graduação em Direito Público, promovido pela UnB.
- Em tramitação o processo de credenciamento da Escola da Advocacia-Geral da União junto ao MEC, a fim de torná-la Instituição Educacional apta à promoção de cursos de pós-graduação e emissão dos respectivos certificados. O credenciamento da EAGU junto ao MEC representa importante passo na sedimentação de uma doutrina própria da Advocacia Pública. Os cursos serão ministrados por professores pertencentes aos quadros da AGU e realizados nas dependências da Escola, em consonância

com o lema adotado por esta Instituição: A Escola ideal é a que faz do ideal de ensinar a temática perene de que se deve sempre aprender. Assim, para a Escola, aprender ensinando é tão importante como ensinar aprendendo.

CURSOS DE MAIOR DESTAQUE NOS ESTADOS

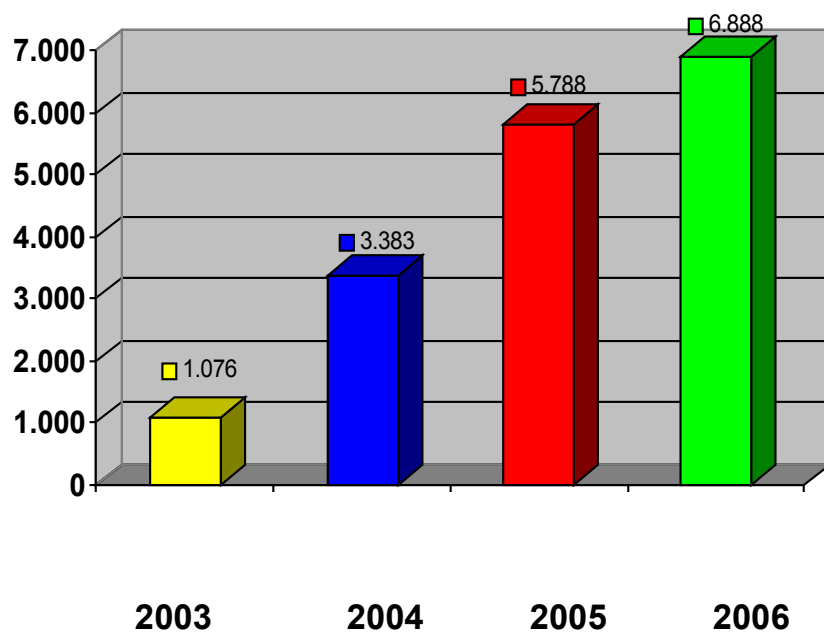
- Curso de Pós-Graduação em Direito Público (MG) – Convênio de Cooperação mútua entre a AGU e a PUC/MG, com duração de 360 horas. O primeiro módulo com carga horária de 15h, sobre Teoria do Estado teve início no dia 07 de dezembro de 2006 e finalizou no dia 14 de dezembro de 2006.
- Curso de Oratória (MG, SP e SC)
- Curso de Licitações e Contratos (GO)
- Ciclo de Palestra “Questões e Polêmicas sobre Licitações e Contratos” (ES)
- I Seminário da Advocacia Pública Federal no Mato Grosso do Sul (MS)
- Palestra “Advocacia-Pública no Brasil: Desafios e Perspectivas” (SP)
- Palestra: “Agravo de Instrumento: Inovações da Lei nº 11.187/2005” (SP)
- Palestra: “Direito, Ética e Estado na Pós-Modernidade” (SP)
- Palestra: “Advocacia Pública X Advocacia Privada no Âmbito da OAB” (SP)
- Palestra: “Alterações no Processo de Execução” (SP)
- Palestra: “A Execução Civil e as Alterações Introduzidas pela Lei nº 11.232/2005” (SP)
- Palestra: “Alterações Introduzidas pelas Leis nº 11.276 e 11.277 e a Fazenda Pública em Juízo” (SP)
- Palestra: “Direito ao Desenvolvimento” (SP)
- Palestra: “A Responsabilidade Internacional do Estado por Violação dos Direitos Humanos” (SP)

- Advocacia de Estado – Estratégias de Planejamento e Fortalecimento Institucional no Estado do Paraná (PR)
- 1º Diálogo Público – Recentes Alterações Legislativas no Recurso de Agravo e Execução (PR)
- IV Seminário Advocacia em Debate: agentes públicos (PR)
- VI Encontro Regional de Direito Constitucional (RS)
- III Simpósio sobre Licitações e Contratos (RS)
- V Seminário da Advocacia Pública em Debate – Reforma do CPC (RS)
- III Seminário de Direito Público da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região (RS)
- I Seminário Nacional do Órgão de Arrecadação da PGF (CE)
- I Treinamento do Órgão de Arrecadação/PGF nos Sistemas Corporativos SEFT e Dívida (PB)
- SICAUnet
- Realização de cursos promovidos pela Escola da Advocacia-Geral da União nos diversos Estados, com suporte didático, material e executivo fornecido pela Escola, em trabalho conjunto com o representante da Escola no Estado. Assim, torna-se possível a abrangência de um número elevado de Procuradores Federais e Advogados da União, de diversas localidades, uniformizando o entendimento doutrinário sobre temas pertinentes à Advocacia Pública, nos moldes do bem sucedido Projeto Piloto – I Seminário da Advocacia Pública Federal, realizado no Estado do Mato Grosso do Sul e do curso intitulado “Licitações e Contratos”, no Estado de Goiás. Esta iniciativa revela solução criativa, mas não onerosa, seguindo a tendência necessária de realização das atividades com maior eficiência e menor gasto.

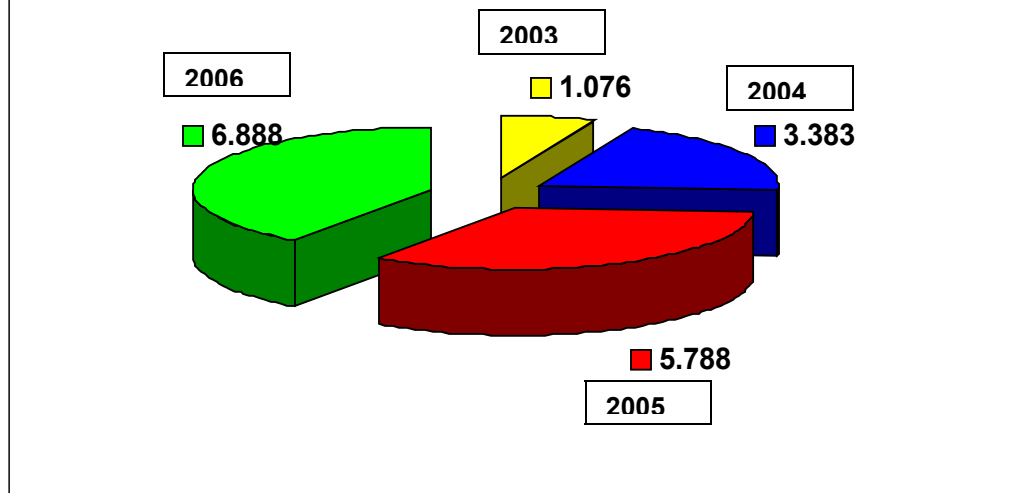
BREVE APANHADO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO QUADRIÊNIO – 2003/2006

QUADRO COMPARATIVO

Metas	2003	2004	2005	2006
Servidores capacitados	1.076	3.383	5.788	6.888
Valor gasto (em R\$)	134.083,50	233.091,00	423.206,36	408.816,64



QUADRIÊNIO 2003/2006



Como se infere dos dados acima expostos, houve significativa evolução, não só quantitativa, mas, sobretudo qualitativa, em relação às atividades desempenhadas pela Escola da Advocacia-Geral da União. Longe de mera distinção terminológica, a transformação do Centro de Estudos em Escola reflete verdadeira alteração na essência da Instituição. Esta evolução se pretende contínua, implicando em um crescente no ano de 2007, cujas perspectivas sintetizaremos no Plano Anual de Atividades da Escola da Advocacia-Geral da União – 2007.